

# O pensamento Weberiano, sua amplitude e inserção no pensamento contemporâneo nas ciências no século XX

*Adilson da Silva Melo*

*Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Professor adjunto e pesquisador do GEPE de Humanas da Universidade Federal de Itajubá.*

*Milton José Zamboni*

*Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.  
Professor adjunto e pesquisador do GEPE de Humanas da Universidade Federal de Itajubá  
(Campus Itabira).*



Max Weber (1864-1920) elaborou uma obra colossal baseada no conceito de *Vertstehen* (compreensão ou interpretação). Mas o quê pretendia compreender o sociólogo alemão? Justamente a realidade, seu caráter multifacetado, sua interferência no comportamento dos indivíduos e a relação destes na construção de seu contexto cultural. Um objetivo intelectual bastante ambicioso que o estudioso provou ser factível. Obras como *Economia e Sociedade* e *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* são exemplos, entre outros, da capacidade do autor em descrever pormenorizadamente a vida.

De forma resumida, o sentido da sociologia compreensiva de Weber se funda em uma minuciosa e densa interpretação do homem; é uma hermenêutica das ações dos indivíduos. Segundo enfatiza o sociólogo de Erfurt, os sujeitos são motivados por uma diversidade de fatores constitutivos de sua realidade social, histórica e cultural. Os homens estão imersos num contexto polissêmico, indefinido em relação a uma hierarquia de fatores motivacionais e inalcançável em sua plenitude. A partir desta perspectiva principia-se a perceber a genialidade da contribuição weberiana: se a realidade é inatingível cabe ao pesquisador descrevê-la de modo mais profundo possível, assim sob este escopo, definindo recortes precisos e deles levantando hipóteses plausíveis, coube a Weber construir um eficiente instrumento de interpretação.

Tal esforço intelectual estabeleceu um marco teórico que se difundiu entre as ciências sociais. Efetivamente a obra de Weber é uma contribuição para boa parte das ciências humanas, passando pela política, sociologia, antropologia, direito, economia e flertando com a filosofia. O professor de Heidelberg promoveu uma antevisão da pós-modernidade (se é que o conceito cabe aqui), *avant la lettre*, sua obra lidou com a diversidade cultural e histórica antes mesmo de ela ser colocada como objeto de estudo pelas humanidades.

A cultura como sistema simbólico, os valores como agentes motivadores da ação dos indivíduos em sociedade e a consequente multidimensionalidade de sua visão de mundo fizeram de seus escritos base para uma crítica e complementação de sistemas de pensamento acerca do homem e suas realizações.

Weber foi avesso aos modelos unidimensionais de análise dos fenômenos sociais, tais como o evolucionismo e o historicismo alemão, e, deste modo, construiu uma resposta ao positivismo de Durkheim, complementando o materialismo histórico dialético de Marx.

Conforme cita Randall Collins (2009, p. 77):

A Sociologia de Weber é frequentemente vista como antagonista à abordagem marxista. Na verdade, Weber é um continuador dessa abordagem, uma geração posterior da histórica tradição do conflito do mundo intelectual alemão.

Neste sentido, sua contribuição foi de uma amplitude desmedida, abrindo horizontes e aglutinando diferentes fatores que pudessem dar esteio para interpretar, de modo mais completo possível, a sociedade que estava

se delineando após a Segunda Revolução Industrial, ainda segundo Collins (2009, p. 80):

Ele descreveu o capitalismo moderno como a Economia racionalizada, a burocracia como a organização racionalizada e o Estado moderno como uma instituição baseada em procedimentos formais e regras fundadas sobre uma autoridade racional-legal. Ele chegou até mesmo a afirmar que aquilo que é característico na música europeia desde a época de Bach resulta de sua racionalização da escala musical que transformou a música em uma espécie de Matemática abstrata. Por esse motivo alguns comentaristas, especialmente os comentaristas alemães mais recentes como Friedrich Tenbruck, Jürgen Habermas e Wolfgang Schulz, têm afirmado que a principal contribuição da obra de Weber é a sua teoria sobre a inexorável tendência mundial à racionalização. Se o método *vertstehen* e sua ênfase nas ideias religiosas são uma versão do idealismo de Kant ou da “ciência humana” de Wilhem Dilthey, esta história mundial da racionalização faz Weber parecer um herdeiro moderno de Hegel.”<sup>1</sup>

## A PROPOSIÇÃO DE UMA CIÊNCIA DA REALIDADE.

Como já foi colocado, Weber propõe uma ciência da realidade, uma interpretação que parta do princípio da multicausalidade e não de um princípio monocausal, bem como a interpretações genéricas geradas por sistemas filosóficos (WEBER, 1982, pp. 84-7) de seus contemporâneos.

O conhecimento da realidade é a compreensão dos sentidos da vida que se manifestam *dentro e fora* de nós sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem simultaneamente. Somos seres que têm definitivamente a cultura como apanágio. E hoje sabemos que, como antes da cultura, produzimos o diverso, tanto objetiva quanto subjetivamente. Se nossas relações são racionais, também irracionais, neste sentido, antes de Foucault, por exemplo, Weber conseguiu conciliar o pensamento de Marx com Nietzsche, conforme citam Wright Mills e Gerth (1989, p. 81):

Weber procura incorporar os pontos de vista tanto de Marx como de Nietzsche em sua análise. Com Marx, partilha a abordagem sociológica das ideias: são impotentes na História, a menos que sejam fundidas aos interesses materiais; e com Nietzsche ele se interessa profundamente pela importância das ideias para as reações psíquicas. Não obstante, em contraste com Nietzsche e Marx, Weber recusa-se a conceber ideias como sendo “meros” reflexos de interesses psíquicos e ou sociais. Todas as esferas – intelectuais, psíquicas, políticas, econômicas, religiosas – seguem, até certo ponto, uma evolução própria. Onde Marx e Nietzsche veem facilmente uma correspondência entre ideias e interesses, Weber se mostra ansioso em identificar as possíveis tensões entre ideias e interesses, entre uma esfera e outra, ou entre estados internos e exigências exteriores. Assim, analisando as profecias hebraicas, ele busca equilibrar as influências psicológicas e históricas. (...)”<sup>2</sup>

(...) O conceito decisivo pelo qual Weber relaciona as

ideias e interesses é o de “afinidade eletiva”, e não da “correspondência, “reflexo” ou “expressão”. Para Marx, as ideias, “expressam” interesses; assim, o Deus oculto dos puritanos expressa a irracionalidade e anonimidade do mercado. Para Nietzsche, o cristianismo ascético “reflete” o ressentimento dos escravos, que assim “expressam” sua revolta na moral”. Para Weber não há ligação íntima entre os interesses ou a origem social do sujeito e seu séquito e o conteúdo da ideia, em seu início. Os antigos profetas hebreus, os líderes da Reforma, ou a vanguarda revolucionária dos modernos movimentos de classe não eram necessariamente recrutados nas camadas, que, no devido tempo, se tornaram principais portadores de suas respectivas ideias. Somente durante o processo de refinização os seguidores “elegem” as características da ideia com que têm alguma “afinidade”, um ponto de “coincidência ou convergência” (WEBER, 1982, pp. 81-82).

Como se pode deduzir, Weber era um leitor vigoroso e um conhecedor da história como poucos, desta maneira pode lidar e criticar as generalizações na história, sem tratar o objeto de estudo Heródoto de forma monolítica. Para trabalhar com aspectos gerais, que foi apanágio do historicismo alemão, ele fugiu à regra generalizante criando um modelo abstrato, uma categoria de análise que podia se metamorfosear em diferentes modelos explicativos da realidade, - os tipos ideais.

Segundo Weber, a metodologia para a compreensão da realidade se dá através do seguinte esquema: a) estabelecer leis e fatores hipotéticos; b) análise e exposição coordenada desses fatores historicamente dados e sua combinação concreta e significativa (tornar legível a natureza dessa significação); c) buscar o passado e proporcionar uma explicação histórica a partir de *constelações anteriores* (individuais); d) avaliação das constelações possíveis no futuro (WEBER, 1982, p. 91).

Na elaboração da interpretação dos fenômenos Weber propõe o trabalho com conceitos claros. “Para todas essas finalidades seria muito útil, quase indispensável, a existência de conceitos claros e o conhecimento destas hipotéticas leis, como meios heurísticos mas unicamente como tal” (WEBER, 1982, p. 92)

Como o conceito de cultura é um conceito de valor, a significação da configuração de um fenômeno cultural e a causa dessa significação não podem deduzir-se de qualquer sistema de conceitos de leis, como também não podem ser explicados por ele.

A significação cultural de um fenômeno pode consistir no fato de se manifestar como fenômeno de massa, um dos elementos fundamentais da civilização contemporânea. Mas, ato contínuo, o fato histórico de desempenhar esse papel é que constitui o que deverá ser compreendido sob o ponto de vista da significação cultural, e explicado casualmente sob a perspectiva da sua origem histórica. (WEBER, 1982, p. 93)

Pensando na história e na cultura como fenômenos do humano, numa hermenêutica que busca o sentido dos significados expressos na cultura, buscar o homo simboli-

cus demanda um minucioso trabalho de resgate dos sentidos que este constrói em sua caminhada no planeta. Cada ente humano é um intrincado construtor de significados, sociólogos, historiadores, filólogos e filósofos, procuraram definir maneiras de expor a densidade deste problema, levando em conta as especificidades de cada autor, segundo o filósofo da cultura Ernest Cassirer, um historiador:

Não pode confrontar os próprios acontecimentos, e não pode entrar nas formas de uma vida anterior. Só pode abordar seu tema de maneira indireta. Precisa consultar suas fontes. Estas, porém, não são coisas físicas no sentido usual do termo. Todas implicam um momento novo e específico. O historiador, como o físico, vive em um mundo material. No entanto, o que ele encontra logo no início de sua investigação não é um mundo de objetos físicos, mas um universo simbólico – um mundo de símbolos. Antes de mais nada ele precisa aprender a ler estes símbolos. Qualquer fato histórico, por mais simples que possa parecer, só pode ser determinado e entendido por uma tal análise previa dos símbolos (CASSIRER, 2001, p. 285)

Todo conhecimento histórico o é, enquanto expressão de sua especificidade. Só adquire sentido lógico a ideia de um *conhecimento dos fenômenos individuais* mediante a premissa de que apenas uma parte finita da infinita diversidade dos fenômenos é significativa. Neste sentido a ciência devia limitar-se a entender e a compreender, por um lado, a importância cultural dos acontecimentos singulares - relação com os valores -, e por outro, as causas pelas quais foram produzidos historicamente dessa maneira e não de outra. Não podemos chegar a conhecer senão fragmentos da realidade já que todos eles foram recortados e construídos a partir de um ponto de vista, um entre os muitos possíveis (SAINT-PIERRE, 1994, p. 32). Segundo Freund (1980, p.12), comentando Weber:

É impossível descrever integralmente até mesmo a menor parcela do real, ou levar em conta todos os dados, todos os elementos e todas as consequências no momento de agir. Entre o real e o conceito a distância é infinita. Tudo o que é possível é ordenar relativamente o real, nunca esgotá-lo.

Neste sentido, o pensamento weberiano colocou em evidência um problema levantado por Marx e seus seguidores: a determinação ou preponderância das relações de produção em parceria com a materialidade como carros chefes das relações sociais; segundo este modelo, os modos de produção, a luta de classes e a dialética proposta por Marx tendem a se fixar em modelos econômicos que acabam por definir a infraestrutura (base material) das sociedades na história, que por sua vez definem a superestrutura (esfera das ideias, dos conceitos) destas culturas; na verdade Marx reesquadrinha o modelo hegeliano, estabelecendo que a materialidade segue como locomotiva da história, mas, ao fazer isto, segue o mesmo conceito monocausal proposto por Hegel.

Desta forma, Weber propôs uma sociologia vert-

tehen (compreensiva) que não estabelece um único modelo interpretativo, mas a convergência de vários fatores que possibilitam uma análise mais ampla da realidade. Daí sua exposição ser tão cara no limiar do século XX, ela expõe o caráter diverso expresso nas sociedades humanas.

## O SÉCULO XX E OS PRINCIPAIS EXPOENTES DAS CIÊNCIAS SOCIAIS QUE SE NORTEARAM PELO PENSAMENTO WEBERIANO

É sabido por todos o alcance do pensamento de Marx no século XX, e isto tornou-se um entrave crítico, uma vez que a amplitude dos pensamentos deste foram tomados de modo leviano caindo perigosamente sob senso comum, muitas interpretações feitas pelo marxismo ortodoxo, principalmente de orientação stalinista não tiveram a devida profundidade intelectual e dedicação ao conhecimento oriunda do mestre de Treves. Não cabe aqui fazer a distinção deste marxismo vulgar, embora para professores do quilate de Mauricio Tragtenberg a busca do marxismo heterodoxo tenha sido, talvez, uma saída para uma concepção de um marxismo vivo e efervescente, avesso ao engessamento burocrático partidário, como veremos mais adiante. O marxismo em transformação, justamente por apontar para as dinâmicas de uma sociedade em constante mudança, foram alvos das polêmicas que Weber travou.

A grande novidade nas Ciências Sociais que surge no século XX após a segunda guerra mundial foi uma contínua valorização do pensamento do conflito, mas não de forma bipolarizada ou antagonista entre Weber e Marx, mas a possibilidade de complementação destes expoentes.

Weber nunca negou os conflitos de classes, neste sentido, assim como Engels e Marx, a sociologia compreensiva se inscreveu nos anais da sociologia do conflito, aliás, diferentemente dos dois últimos que não eram sociólogos, Max Weber considerava sua obra como sociológica. Há uma explicação histórica para isso, no período de fundamentação dos escritos de Engels e Marx a sociologia ainda engatinhava. Marx se considerava um economista, um historiador e filósofo, mas não detinha a alcunha de sociólogo, muito embora sua obra tenha sido de referência vital para a ciência que se consolidava paulatinamente entre os séculos XIX e XX. Weber, assim como Durkheim, consolidaram a Sociologia dando-lhe forma teórica e bases metodológicas, que foram se desenvolvendo ao longo do século passado.

Vejamus uma interessante afirmação sobre este ponto de vista:

Nas gerações posteriores, a Sociologia tornou-se muito mais empírica, baseando-se não apenas em comparações históricas, mas também em pesquisas sistemáticas com a finalidade de obter novos dados. Os dados históricos e comparativos – que certamente também são empíricos, embora coletados de modo diferente – passaram a ser utilizados para construir e testar teorias empiricamente,

de um modo mais explícito que Weber o fizera. Seus esforços pioneiros e seus tipos ideais construíram o núcleo de conceitos e teorias que foram desenvolvidos posteriormente e que, por sua vez, transformaram-se na medida em que nossos pontos de vista teóricos continuaram a se desenvolver. (COLLINS, 2009, p. 87)

Levando isto em consideração, percebe-se que uma tradição sociológica foi se consolidando, criando um caminho em que as leituras não ortodoxas do marxismo foram sendo construídas a partir da somatória de contribuições entre diferentes modelos de compreensão da realidade. Pensadores como Lukács e Gramsci foram cruciais para a afirmação de um marxismo heterodoxo, que de modo bastante próximo à compreensão weberiana não viam a sociedade como fruto de uma simples transformação de base infraestrutural. Vejamus como Collins desenvolve esta leitura:

Politicamente, é claro, o marxismo manteve uma identidade característica ao longo de todo o século XX. Isso obscureceu o fato de que, **intelectualmente** (grifo do autor), a tradição do conflito, comum tanto a Marx quanto a Weber, teve nestes autores seu ponto de partida, mas depois tomou um rumo próprio, caracterizado pela articulação entre estas duas linhas. Podemos perceber isso até mesmo na geração que se seguiu imediatamente após Weber. Um dos intelectuais que frequentou o salão de Weber em Heidelberg foi o jovem marxista húngaro, Georg Lukács, a quem Weber respeitava muito, a despeito de suas discordâncias. Lukács, assim como o italiano Antonio Gramsci, lutou contra a maré do economicismo e materialismo marxistas, desenvolvendo uma teoria hegeliana sobre os conflitos de classe que enfatizava a “falsa consciência” das classes sociais mais altas. Segundo Lukács, as classes sociais mais altas eram mais alienadas da realidade e da verdadeira essência humana do que as oprimidas classes mais baixas, porque são elas que fornecem a ideologia reificada da permanência da ordem capitalista. O quanto Weber influenciou as ideias de Lukács é algo que não pode ser determinado com muita clareza, mas isso ilustra o quanto marxianos e weberianos já faziam parte de um mesmo círculo intelectual (COLLINS, 2009, p. 87).

Quanto à Gramsci, a noção de intelectual orgânico trouxe uma nova questão a ser investigada, a de que modo os homens se filiam ao poder e o reproduzem. Segundo Antonio Gramsci, todos os homens são intelectuais e participam na formação de sua cultura, uns de modo tradicional e outros de forma orgânica, os quais se atrelam a uma organização ou sistema dando-lhe sustentação, desta maneira:

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante. Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio é a sua luta pela

assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1982, p.9)

Assim a tradição sociológica do conflito deu frutos bastante significativos, em Frankfurt, por exemplo, a escola capitaneada por Max Horkheimer e Theodor Adorno deram um novo fôlego para o marxismo. Horkheimer e Marcuse conciliaram os pensamentos Freud e Marx, e Adorno desenvolveram uma filosofia da alienação baseada no modelo discutido por Lukács.

Outro alemão que se manteve fiel à sociologia do conflito foi Karl Mannheim, e na universidade de Frankfurt, não no Instituto de Adorno e Horkheimer, mas na cadeira de sociologia da supracitada universidade, Mannheim faz de sua obra **Ideologia e utopia** um antídoto para o marxismo ortodoxo, colocando em questão a ideologia como agente corruptor da própria tradição marxista (ortodoxa). Trata de discutir de que modo a burocratização do Estado e dos partidos, inclusive os de esquerda, é capaz de corromper a substância da luta de classes. Vejamos a seguinte passagem:

Seguindo Weber, Mannheim afirmou que as organizações podem operar seguindo dois tipos de racionalidade. Em primeiro lugar, há a racionalidade substantiva: a percepção humana em relação ao modo de como os meios levam a determinados fins. Este tipo de racionalidade que costumamos exaltar, como sendo o selo de qualidade de nossa época, científica, profissionalizada, sem superstições. Mas há um segundo tipo de racionalidade que se torna mais proeminente: a racionalidade funcional (ou formal) das organizações burocráticas. Aqui, a racionalidade converte-se em um cumprimento de regras e regulamentações, em seguir tudo ao pé da letra, o que supostamente deveria permitir um funcionamento mais eficiente. (...) O que Mannheim tinha em mente era o exemplo das corridas militares, que foram promovidas pelas burocracias governamentais desde o início do século XX – uma característica com a qual nos defrontamos ainda hoje, mas acrescida com a espantosa ameaça de aniquilação total por uma guerra nuclear. Esse foi o traço que Mannheim já diagnosticou nas tensões que desencadearam a Primeira Guerra Mundial. Foi uma guerra que ninguém desejava, mas tão logo uma pequena crise nos Balcãs em 1914 pôs a engrenagem em movimento, não houve mais como evitar a mobilização e a contramobilização, e o mundo inteiro foi escalado para tomar parte em uma guerra extramamente destrutiva. Mannheim afirmou que esse mesmo processo ocorre na esfera civil. A racionalidade formal do capitalismo, em constante busca pelo lucro, faz com que se ignore a racionalidade substantiva do sistema econômico como um todo. A racionalidade em um determinado nível equivale à irracionalidade em outro nível, precipitando uma depressão econômica que talvez possa não ser controlada. Mannheim argumentou que o facismo – uma ideologia antimoderna e antirracional – era, contudo, não apenas uma aberração bizarra, mas uma reação a uma profunda falta de racionalidade em um mundo marcado pelas modernas organizações im-

personais. O facismo afirmava o poder de um líder humano – exaltando um Hitler ou um Mussolini – como um antídoto contra as manobras impessoais e às irracionalidades dos burocratas (COLLINS, 2009, pp. 88-9).

Veem-se claramente em Mannheim as categorias weberianas em jogo, as formas de dominação legais e racionais, a burocracia, sua importância dentro do movimento institucional da sociedade contemporânea e as ações dos indivíduos marcadas pelas motivações originadas da própria sociedade. A utilização destas categorias formuladas por Weber em nada invalidava uma sociologia que se colocava como crítica, ao aliar-se aos conceitos formulados pelo marxismo heterodoxo, exemplificados tanto pelos expoentes da escola de Frankfurt, como em Lukács e Mannheim.

Para que se coloque ainda mais um exemplo oriundo de Frankfurt, o último diretamente ligado à primeira geração do instituto, Jürgen Habermas, que em suas obras tais como **Técnica e ciência como ideologia, Teoria do agir comunicacional**, entre outras, descreve o papel dos indivíduos e as relações mediadas (burocratizadas) pelas instituições que refletem na esfera pública conflitos e divergentes ações destes indivíduos que, em última instância, são agentes representantes das classes das quais são oriundos. Estes se digladiam nos fóruns que a sociedade constrói, institucionalmente ou não, disseminando diversas demandas resolvidas sob a forma de políticas que, segundo Habermas são resolvidas pela *razão comunicativa*, que se contrapõe de forma crítica à razão instrumental defendida pelo sistema.

Para Marx e Engels, o Estado é o principal agente constitutivo da ideologia, para Weber a questão passa pela legitimidade que o Estado constrói. A legitimidade é gerada, segundo Weber a partir da liderança carismática, a tradição das organizações hereditárias e pela autoridade racional legal da constituição do próprio Estado, que lhe confere então legitimidade. Vejamos a importância deste debate atualmente, segundo Collins:

As análises neomarxistas mais recentes têm se concentrado sobre esta questão. Por exemplo, o teórico alemão Jürgen Habermas afirmou que a luta revolucionária nos Estados modernos ocorre não em virtude de crises econômicas, mas de creides de legitimidade. Uma análise mais econômica foi feita pelo americano James O'Connor, que argumenta que a “crise fiscal do estado” – que envolve a dívida pública, aumento de taxas e inflação – deve-se ao modo pelo qual o Estado tenta comprar legitimidade, oferecendo políticas públicas de bem estar social, ao mesmo tempo que é sugado pelo setor econômico. Tanto Habermas quanto O'Connor ilustram como as modernas teorias marxianas do Estado têm trilhado em uma direção weberiana (COLLINS, 2009, p. 86)

E por falar em Estados Unidos, o desenvolvimento das ideias de Weber deu origem a duas escolas, a de Hans Gerth e Wright Mills que seguiram a tradição da sociologia do conflito, por outro lado, a de Talcott Parsons e seus discípulos traduziram Weber de modo a es-

pelhar o modelo funcionalista que defendiam.

Hans Gert, que estudou em Frankfurt, trouxe a mensagem de Manheim para a América. Como professor da Universidade de Wisconsin, ele colaborou com o Jovem C.Wright Mills em uma série de livros. Assim como Georg Hebert Mead, eles tentaram realizar uma, entre Freud (uma abordagem que estava sendo utilizada pelos marxistas de Frankfurt), e Weber, em seu livro *Caráter e estrutura social*. Em 1946, ele publicaram a mais influente coleção de escritos de Weber, a famosa edição de Gerth e Mills, *From Max Weber: Essays in sociology* (grifo nosso)<sup>3</sup>. Isso trouxe atenção para a teoria da estratificação de Weber, sob o título de *Classe, status e partido*, bem como sua teoria da burocracia. De modo geral, Gerth e Mills apresentavam Weber como um teórico do conflito, contrapondo-se à imagem oferecida pela tradução de *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, publicada por Talcott Parsons. Durante os 20 anos seguintes, travou-se uma luta para definir qual

dos dois lados estava correto e então definir qual o significado de Weber para a sociologia americana. Parsons e seus colaboradores sublinharam as definições abstratas dadas por Weber (que enfatizava a racionalidade deste sistema) e depois seus escritos sobre o direito e a religião, enquanto Gerth e seus colegas se contrapunham a essa imagem idealista de Weber ao destacar seus estudos mais históricos. Durante a década de 1950, o espírito conservador dominava a Sociologia americana. Talcott Parsons e outros funcionalistas<sup>4</sup> produziram categorizações abstratas das instituições sociais, encontrando em todo lugar uma função benéfica, que ajuda manter a ordem social. A Sociologia do conflito não estava morta, mas pouco se falava dela. No entanto, ela fazia progressos no front empírico desenvolvendo estudos sobre o poder político nas organizações e fazendo um mapeamento da estratificação social. Na realidade, a única voz da tradição do conflito que se manifestava mais claramente era de C.Wright Mills. Esses eram tempos de um anticomunismo radical na política america-



na, com uma caça às bruxas liderada por personagens da direita, como o senador Joe MacCarthy, mas esse espírito geral era compartilhado, com menor intensidade, por praticamente todo mundo. Os acadêmicos liberais temiam utilizar a palavra “Marx” em público e denunciavam qualquer um que fizesse críticas a essa postura, para que fossem poupados da ira dos políticos de direita, que muitas pessoas acreditavam que poderiam dar início a um regime nazista. Deste modo, Mills logo ganhou a fama de ser um intelectual de extrema esquerda. Mas isso não era muito correto. C. Wright Mills era simplesmente um indivíduo que tinha muita coragem e escrevia claramente, e não se importava de ser minoria em função de suas duras críticas às vertentes que predominavam em sua disciplina. Na realidade a teoria de Mills era uma aplicação da teoria de Mannheim e, portanto de Weber. Seu livro mais famoso, *The Power Elite* (1956), afirmava que a América não estava sob o controle de decisões de indivíduos – isto é, os políticos eleitos, mas era governada por três sólidas organizações burocráticas. Essas organizações eram o universo das corporações empresariais, a burocracia militar do Pentágono e os burocratas do governo federal.” (COLLINS, 2009, p. 89-90)

## WEBER NO BRASIL

A tradição da sociologia do conflito se fez muito forte no Brasil, principalmente ao se levar em conta a inserção massiva dos escritos de Marx nos meios acadêmicos tupiniquins. No entanto, não é uma inverdade afirmar que se construiu uma visão idealista em relação a Weber, principalmente pela sociologia funcionalista americana, que aos nossos intelectuais era um modelo da própria dominação ianque de caráter essencialmente mercadológico e imperialista.

Ser marxista virou no Brasil dos anos 60 e 70 uma insígnia de revolta contra a ditadura que se instaurou. Falar de Weber significava fazer de certa forma uma apologia ao liberalismo e ao poder dominante. Portanto, foram poucas as expressões que neste período procuraram filiar sua imagem ao pensador de Erfurt.

No entanto, alguns intelectuais, por questões metodológicas e de recorte epistemológico, adotaram alguns dos modelos de interpretação weberiana, como Victor Nunes Leal em seu **Coronelismo, enxada e voto**,<sup>5</sup> o qual tem como objetivo descrever as relações do poder dos coronéis na política brasileira, mormente no que tocam estas relações em face do poder local, isto é, dos municípios. Assim, o autor foi tipificando as ações destes mandatários e demonstrando como carisma e as tradições se conciliavam com as formas de dominação carismática e legal, numa clara alusão às preocupações de Weber. Utilizando-se dos tipos ideais para caracterizar tal fenômeno, Nunes Leal construiu um importante retrato da municipalidade, do poder local e suas tradições no Brasil.<sup>6</sup>

Outro intelectual de peso foi Raymundo Faoro que em seu **Os Donos do Poder**, utilizou as categorias weberianas para descrever o conceito de patrimonialismo. Nesta obra importante, Faoro procura fazer um amplo quadro das instituições de poder e a formação do Estado

brasileiro desde o Portugal medieval até Getúlio Vargas, construindo um denso quadro histórico e demonstrando como sob as ideias de patriarcado e patrimônio a sociedade brasileira foi sendo construída?

Sobre uma posição mais crítica e não essencialmente purista no sentido de se seguir o modelo weberiano à risca, mas a combinação de um marxismo heterodoxo com a sociologia compreensiva, temos as contribuições de Maurício Tragtenberg, um intelectual que misturou a práxis acadêmica, a docência, a vivência dentro dos quadros partidários, a vida dos operários e dos homens do povo. Seus estudos foram norteados por uma visão anarquista do poder do Estado, se auto intitulava um socialista libertário. Sua ligação com a burocracia foi construída de dentro para fora, pois trabalhou dentro do serviço público (Departamento de águas de São Paulo). Utilizando-se de uma invejável erudição, que se estendia desde Trótski até Habermas, Malatesta até Weber, este professor, de senso de humor sarcástico, crítico da educação burocratizada e desumanizadora, compôs em sua trajetória, mormente em **Burocracia e Ideologia**, um pensamento tão robusto e crítico como em Mannheim e Lukács, os quais bem conhecia e destes partilhava a crítica contra a racionalidade legal e dominante do Estado, visto como instrumento de pressão e de suporte ideológico do capitalismo, sem fronteiras e desumanizador.

Maurício Tragtenberg foi um intelectual orgânico dos desfavorecidos, mas não via as desigualdades de modo assistencialista, ou seguindo uma visão maniqueísta, compreendia a sociedade nas suas dinâmicas e percebia nos discursos as mais tênues oscilações. Segundo Antonio Ozaí da Silva (2008):

Em *Burocracia e Ideologia*, Tragtenberg relata como as teorias administrativas assumem um aspecto ideológico, possibilitando aos incautos tomá-las como se fossem meras teorias explicativas da administração e da organização racional dos processos produtivos. Destarte, elas são despidas de sua natureza ideológica, enquanto expressão da dominação de classe. Negadoras dos conflitos entre as classes sociais, e portanto da necessidade de estabelecer formas de controle social nas unidades produtivas e nas relações de assalariamento em geral, as teorias administrativas, de Saint-Simon a Elton Mayo, são apresentadas como harmonias administrativas. Assim, tais teorias se constituem herdeiras do positivismo durkheimiano. Tragtenberg desmistifica esta concepção. O desvendamento das teorias administrativas enquanto ideologias de harmonias, seja pela imposição hierárquica monocrática e/ou por estratégias de manipulação, marca sua preocupação intelectual e política em esmiuçar os mecanismos do poder e da opressão de classe. A burocracia é despida do seu manto ideológico e surge em sua realidade concreta, enquanto ideologia e poder de dominação.

Ainda cabe lembrar que Tragtenberg, em seus últimos escritos apontava para a leitura do marxismo heterodoxo, lembrando a atitude do mestre. Segundo Antonio Ozaí da Silva (2008):

O proceder metodológico não dogmático, respeitoso e fundado na liberdade do intelecto, permite a Tragtenberg reunir teorias conflitantes sem aprisioná-las nas grades da ortodoxia, sem tratá-las como cânones acima da crítica. Desta maneira, Tragtenberg afirma a formosa liberdade e a heterodoxia como fundamento da sua atitude intelectual. Como Max Weber, Maurício Tragtenberg recusa-se a fazer o sacrifício do intelecto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto visou demonstrar e esquadrihar de modo não conclusivo, mas na forma de apontamentos a força e a importância do pensamento weberiano. O trabalho tem claro que muito ainda poderia ser colocado e registrado sobre a abrangência da obra de Max Weber, mas usou, de modo ilustrativo, a construção de um painel amplo mas não conclusivo dos caminhos trilhados por este pensador e o descomunal desdobramento de suas hipóteses.

É uma possibilidade interpretativa de um trabalho que se baseou em uma hermenêutica da história e da ação dos indivíduos, que se norteou em um debate metódico e persistente sobre aspectos constituintes da conduta humana que levou sempre em conta a especificidade dos contextos e a possibilidade crítica de se descrever e interpretar diferentes perspectivas das sociedades em questão e seus atores em movimento.

Weber foi um pensador de caráter inquieto, polêmico e de uma capacidade de descrição de seus objetos invejável. Cabe aos cientistas sociais pagar tributo à sua contribuição quase sem precedentes, tão importante ou tão inspiradora quanto os escritos de Karl Marx, parafraseando o poeta, filosofar, nestes termos, só em alemão.

## NOTAS

- 1 Essa alusão a Hegel se manifesta de forma um tanto despropositada, talvez pela envergadura do pensamento weberiano. Collins se coloque deste modo, é relevante lembrar que Hegel é o maior expoente da filosofia alemã entre o século XVIII e XIX, mas também o máximo representante do pensamento conservador alemão, o qual Weber refutava veementemente. Ver Weber, *Ensaio de Sociologia*, p. 62-96, Gerth e Wright Mills organizadores.
- 2 Ver ainda na mesma obra capítulo XI "A Psicologia Social das Religiões Mundiais" (onde Weber trabalha a teoria do ressentimento em Nietzsche) e capítulo VII "Classe, Estado, Partido (no qual trabalha a sociologia de Marx e sua concepção de história).
- 3 Max Weber: *Ensaio de Sociologia*, justamente a obra que consta na bibliografia deste trabalho.
- 4 Deste funcionalismo não escaparam expoentes da sociologia brasileira, o próprio Prof. Florestan Fernandes teve seus trabalhos inaugurais nesta direção, tal como sua *A função da Guerra* entre os tupinambás.
- 5 Segundo Barbosa Lima Sobrinho, prefaciador de Victor Nunes Leal, coloca que dentre ilustres referências sobre esta

obra destaca-se a de Nelson Werneck Sodré que a coloca entre uma das mais importantes contribuições para se conhecer o Brasil.

- 6 Victor Nunes LEAL, *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*.
- 7 Raymundo FAORO, *Os Donos do Poder*, bib.cit..É interessante frisar que existe uma crítica atual sobre a obra de Faoro que é muito bem fundamentada por Jessé de Souza em seu *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*, bib.cit..

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASSIRER, Ernest. *Ensaio sobre o Homem – Introdução a uma filosofia da cultura humana*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- COLLINS, Randall. *Quatro Tradições Sociológicas*. Petrópolis: Ed.Vozes, 2009.
- FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder*. Rio de Janeiro: Ed.Globo, 2001, 3ª Edição.
- FREUND, Julien. *A sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a organização da cultura*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1986.
- MARTELLI, Stéfano. *A Religião da Sociedade Pós-Moderna*. São Paulo: Paulinas, 1995.
- SAINT-PIERRE, Héctor. *Max Weber: entre a paixão e a razão*. Campinas, Ed. Unicamp, 1994.
- Silva, Antonio Ozai. "A Obra de Maurício Tragtenberg – in memoriam". *Revista Espaço Acadêmico*, nº 90, mensal, Nov./2008. Vide: <http://WWW.espacoacademico.com.br/090/90ozai.htm>.
- SOUZA, JESSÉ. *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- WEBER, Max. *Max Weber: sociologia / org. Gabriel Cohn*. São Paulo: Ática, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Textos selecionados: Max Weber. Seleção de Maurício Tragtenberg [et. Al.]*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Economia e Sociedade*. Vol. 1, Brasília: Ed. UNB, -.
- \_\_\_\_\_. *Economia y Sociedad: Esbozo de sociología comprensiva*. 7a. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro*: Editora Guanabara, 1989. Organização e introdução de H.H.Gerth e C.Wright Mills.